

Ruptura e desconstrução do discurso colonial no romance de Manuel dos Santos Lima

Francisco Daniel²⁹
Universidade de Évora (UÉVORA)
Cristina da Costa Vieira³⁰
Universidade da Beira Interior (UBI)

Resumo

Em que medida Manuel dos Santos Lima consegue contestar o colonialismo em contexto colonial? É o que se pretende aferir do confronto comparativista de dois romances distanciados em uma década, mas produzidos em contexto de colonização: *As sementes da liberdade*, publicado em 1965 e *As lágrimas e o vento*, publicado em 1975, romances de Manuel dos Santos Lima, um escritor angolano que fez parte da geração nacionalista das décadas 50 e 60 do século XX, tendo sido o fundador e primeiro Comandante em Chefe do braço armado do MPLA. Entretanto, insatisfeito com as posições de Agostinho Neto, torna-se dissidente do Partido, seguindo o mesmo caminho que Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade e Eduardo Macedo dos Santos. Mediante recortes teóricos dos conceitos pós-colonialismo, resistência, vilanização e ideologias de dominação racial e cultural, fundamentados por Homi Bhabha (1998), (Mafalda Leite, 2003), (Cristina Vieira, 2008), Anabela Silveira (2016), entre outros, o presente artigo pretende analisar em que medida a contestação ao colonialismo português, questão sempre intrinsecamente polémica e ideológica, é similar ou distinta nos dois romances e compreender, também, de que estratégias discursivas o autor se apropria para desconstruir o pretense discurso legitimador daquele regime opressor.

Palavras-chave

Manuel Lima. Colonialismo. Resistência. Romance. Literatura.

²⁹ Doutorando em Literatura, opção Literatura Angolana pela Universidade de Évora. Mestre em Estudos Lusófonos pela Universidade da Beira Interior.

³⁰ Doutorada em Letras pela Universidade da Beira Interior (UBI). Professora Auxiliar do Departamento de Letras e diretora do mestrado em estudos lusófonos (UBI).

Introdução

Sendo o processo de construção literária um exercício inseparável da sociedade da qual resulta, o escritor, enquanto promotor desse exercício, não ficará indiferente às transformações socioeconômicas e políticas decorrentes do meio que o circunda. Sendo assim, o facto literário constituir-se-á num espaço de permanente debate e resistência a todo o discurso gerador de desigualdades sociais limitador dos direitos à educação e cultura a um grupo reduzido de cidadãos, em que mulheres, negros, operários e moradores dos musseques são os estratos mais afetados. Nesse sentido, a obra literária será de pendor ideológico, pois que “toda a ideologia comporta um projecto de poder significando isto que quem a concebe ou enuncia deseja condicionar o comportamento daqueles a quem o discurso ideológico se dirige” (REIS, 1998, p. 90).

Com base no cariz ideológico, a literatura poderá resistir, também, às situações de aculturação forçada, perpetrada por regimes colonizadores ocidentais que, no contacto com o Outro, negam-lhe a essência e impõem os seus valores culturais, tal como refere Bhabha (1998, p. 17):

(...) negação que dá acesso ao reconhecimento da diferença. É aquela possibilidade de diferença e circulação que liberaria o significante de *pele/cultura* das fixações da tipologia racial, da analítica do sangue, das ideologias de dominação racial e cultural ou da degeneração.

Várias culturas africanas, inclusive a angolana, subalternizadas pela leitura estereotipada do homem ocidental, encontram em si mesmas distintas estratégias de resistência.

Neste artigo, pretendemos refletir a contestação do discurso colonial na produção romanesca do escritor e nacionalista angolano Manuel dos Santos Lima, cujo *corpus* textual em análise basear-se-á em *As sementes da liberdade* (1965) e *As lágrimas e o vento* (1975), duas narrativas que reportam, embora em perspetivas diferentes, a situação dos colonizados em Angola colonial. Sendo uma análise baseada no cotejo entre dois romances, adotar-se-á uma metodologia comparativista, pois teremos de ver as diferenças e as semelhanças, dado que nessa metodologia “trata-se do problema da semelhança e da diferença, ou seja, do que ao mesmo tempo constitui o confronto relacional e dele resulta como objeto analítico” (BUESCU, 2001, p. 88).

Muito resumidamente, ambos os romances têm como pano do fundo a colonização em Angola e todos os horrores com os quais se identificou. *As sementes da*

liberdade é publicado no Rio de Janeiro em 1965, pela Editora Civilização Brasileira. O romance escrito sob a perspectiva de um narrador extradiegético-heterodiegético que, no epílogo, passa a voz a outro narrador, intradiegético, – trata-se de Almi, abordando com os pais os seus sonhos e projetos, – remete para a problemática colonial cujo protagonista é Ricardo Boaventura, que troca São Tomé e Príncipe pela procura de melhores condições de vida em Angola. Com Catu (alegoria metafórica de Teixeira de Sousa), como espaço de ação, a narrativa não só denuncia a opressão colonial (expondo a situação de negros, mestiços, brancos marginalizados pelo regime salazarista), como também propõe a idealização de um líder que instigasse as populações, de tal forma que se alterasse o *status quo*.

Quanto ao romance *As lágrimas e o vento*, a sua primeira edição foi da responsabilidade da África Editora (Lisboa), em 1975, e a segunda teve a chancela da Editora Afrontamento (Porto) em 1989³¹. Nesta narrativa, Manuel dos Santos Lima discorre sobre os factos que marcaram os últimos anos do colonialismo português em Angola com o eclodir da Luta de Libertação Nacional. A história é contada sob perspectiva de um narrador heterodiegético, que relata, sem perda para a beleza estética do texto e a qualidade ficcional, os primeiros atos subversivos dos nacionalistas angolanos contra o regime colonial. Almi Boaventura, personagem-herói que, não se contendo ante as caças às bruxas, torturas e aniquilamentos de jovens angolanos pela PIDE³² e sentindo, por outro lado, a falta de um líder que pudesse organizar os patrícios na luta anticolonial, deserta do Exército português e junta-se aos nacionalistas angolanos.

Legitimação do poder colonial nas diegeses

A produção romanesca de Manuel dos Santos Lima, focada neste artigo, representa, tal como Luandino Vieira, Viriato da Cruz, Agostinho Neto e outros, o seguimento do ideário da trilogia de Camaxilo de Castro Soromenho, consubstanciada numa literatura de ruptura com os arquétipos literários coloniais. O romance limaniano³³ enquadra-se no esboço pós-colonial, coincidindo com o que sugere Leite (2003, p. 36):

³¹ As páginas referentes *As Lágrimas e o Vento* tratadas ao longo deste artigo reportam-se a esta última edição.

³² PIDE é acrónimo de Polícia Internacional de Defesa do Estado, órgão da polícia política portuguesa, entre 1945 e 1969, responsável pela repressão de todas as formas de oposição ao regime salazarista.

³³ Doravante, sempre que me referir à produção literária de Manuel dos Santos Lima, fá-lo-ei através do epónimo *limaniano*.

“O projecto da escrita pós-colonial é também interrogar o discurso europeu e descentralizar as estratégias discursivas; investigar, reler e reescrever a empresa histórica e ficcional (...)”. Esse projeto opõe-se à tendência acentuada do discurso colonial em considerar as colônias portuguesas e todas as produções literárias resultantes de vivências africanas um incremento legítimo de Portugal. Para sustentar essa apropriação, o imperialismo promove um conjunto de atividades artístico-literárias com forte incidência na realização do Concurso de Literatura Colonial, que visava o exercício propagandístico do colonizador, atribuindo-o valor hegemônico como «desbravador» e «civilizador de gentes». Essa visão pretensamente superior dos europeus em relação aos africanos terá sido *leitmotiv* tanto na literatura como em discursos proferidos por entidades imperialistas: “Marcelo Caetano³⁴ afirmava que os negros devem ser governados e instruídos pelos europeus, uma vez que não conseguiram desenvolver os países que povoaram (...)” (KHAZANOV, 1978, pp. 93-94). No âmbito da literatura, Henrique Galvão³⁵, no prefácio do seu livro intitulado *Kurika: romance dos bichos do mato* (1944), também apresenta uma perspectiva reducionista sobre o homem africano que, mesmo atingindo a maioridade, será sempre uma criança, aos olhos do homem europeu:

Este livro não se destina àquelas pessoas que conseguiram deixar de ser crianças na porção de tempo da puberdade e o degrau convencional da maioridade civil. Pretendemos, é certo, que fosse um livro para crianças — mas para crianças de todas as idades, entre os quinze e os oitenta anos, as crianças, enfim, que idade não consegue matar nem abandonar na alma dos homens, mesmo quando as rugas já lhes sulcam as faces e seus cabelos embranquecem — ou caem para não sofrerem o desaire de mudar de cor (GALVÃO, 1944, p. 4).

No contexto desta literatura exótica, desta análise reducionista do homem negro, Manuel dos Santos Lima, fazendo uso das técnicas da narrativa em que combina a ficção e o realismo sem perder o valor estético, propõe uma crítica contundente ao regime colonial, apropriando-se do discurso do mesmo: “acredite que ainda se usa o chicote e a palmatória não é por mal nem por racismo. É preciso ter em conta que o preto é uma

³⁴ Marcelo Caetano (1906-1980) foi uma proeminente figura do regime colonial que desempenhou várias funções, entre as quais se destacam os cargos de Ministro da Presidência (1955-1958) e Chefe do Governo (1968-1974), como sucessor de Salazar, tendo sido deposto e obrigado a exilar-se pela revolução de abril de 1974.

³⁵ Henrique Galvão (1895-1970), outra figura de relevo do regime colonial que se destacou enquanto militar, político e escritor. Como político, terá sido administrador nas colônias, com realce para o cargo de Governador do Distrito da Huila, e deputado à Assembleia Nacional durante o Estado Novo. Por volta de 1950, porém, afastou-se do regime, tendo sequestrado o paquete Santa Maria, em 1961. Enquanto escritor, contribuiu de forma exaustiva para a disseminação da cultura colonial e anatemização da cultura dos povos colonizados.

criança grande; e não se pode educar uma criança sem de vez em quando se lhe dar uns açoites” (LIMA, 1965, p. 99). Esse trecho resulta de uma conversa entre Ricardo, Antero e o engenheiro Sá Rebelo, três personagens do romance *As Sementes da Liberdade*. Sá Rebelo, personagem que dá voz ao texto citado, é um europeu, facto que comprova a perspetiva crítica do autor sobre a mentalidade colonial da época que, por sinal, vai refletir-se em muita produção literária cuja tendência é romper com os modelos coloniais, como é o caso de Castro Soromenho, em que o branco também vê no negro um ser ingénuo e inútil, devendo ser tratado da seguinte forma: “dando-lhes pão com uma mão e chicote com a outra” (SOROMENHO, 1988, p. 29). Silveira (2016, p. 22) designa as passagens utilizadas por Castro Soromenho e Manuel Lima “leitmotiv para a construção do aparelho legal que regia o trabalho do indígena, com origem na política colonial gizada por Norton de Matos quando Governador-geral de Angola”. O valor semântico atribuído às construções frásicas utilizadas nas distintas narrativas são tão paralelas que, numa leitura menos atenta levar-nos-ia a concluir que um se serviu do outro para escrever o seu romance e, sendo Castro Soromenho anterior a Manuel Lima, o natural seria conjecturar que o segundo teria lido o primeiro e por ele ter sido influenciado, argumentação defendida por Hamilton (1981, p. 139). Todavia, este raciocínio é refutado por Manuel Lima, ao responder a uma questão colocada por José Carlos Venâncio: “aproveito para dizer que não houve qualquer influência de *Terra Morta* de Castro Soromenho na escrita desse romance, como diz o Prof. Hamilton (...)” (VENÂNCIO, 1992, pp. 78-79) .

A sua ligação com os acontecimentos narrados é tão intrínseca que a utilização de um narrador *alter ego* transparece, no texto, essa intimidade que liga o autor do contexto que escreve, pois embora *As sementes da liberdade* e *As lágrimas e o vento* não sejam considerados romances autobiográficos, o autor reconhece que “Em todos os personagens sempre há algo do autor” (LABAN, 1991, p. 448). Isto é, narrador e personagens transparecem muitas vezes as ideias de Manuel dos Santos Lima sobre o colonialismo português. Como diz Wayne C. Booth, o narrador *alter ego* será sinónimo de autor implícito: “Este autor implícito é sempre distinto do ‘homem a sério’ – seja o que for que pensemos dele – que cria uma versão superior de si próprio, um *alter ego*, tal como cria na sua obra” (BOOTH, 1980, p. 167).

As narrativas limanianas não obliteram o discurso de quem defendia o colonialismo. O discurso tendencioso à justificação do colonialismo em África é tão recorrente que os seus estimuladores se servem de argumentos artificiais, tais como a “missão civilizadora”, através dos quais os nativos, considerados “raças decadentes”,

deviam ser chamados à civilização que, na época, esteve intrinsecamente ligada à missão, dado que a Igreja Católica auxiliou ações executadas pelos portugueses com vista à dominação dos povos autóctones. Essas abordagens, através de uma perspectiva crítica, também encontram expressão no romance limaniano. Num diálogo entre D. Zita, esposa do administrador de Catu, e D. Fernanda, o narrador apresenta o olhar do colonizador sobre o colonizado através de D. Zita, que, respondendo a uma inquietação de D. Fernanda, diz: “Ora, que se teria passado? Nada. Havia pretos selvagens, febres, disenteria, e outras coisas de gênero... Nós é que civilizamos isto. Se não fossem os brancos...” (LIMA, 1965, p. 58).

O colonialismo nos romances em análise vai representar também o desapossamento da terra, fato resultante da administração desse regime que, apresentando a pretensão de ser detentor legítimo do poder, servem-se das autoridades tradicionais como auxiliares na captura e venda de contratados. E, quando o negócio não resultasse ou houvesse fuga de um contratado, quem pagava eram os sobas e suas comunidades, podendo o régulo ser preso ou expulso da sua própria terra, situações que promoviam o desenraizamento dos povos com as suas culturas, promovendo assim a desestruturação tribal. Muitas vezes, quem fazia esse trabalho para o colono eram os nativos, que exercendo a atividade de sipaios, colaboravam na destruição da própria terra, da própria identidade. Manuel Lima procura refletir esse fenômeno numa perspectiva crítica em que vê o invasor a utilizar política de *dividir para melhor reinar*, criando rivais entre os angolanos, como vemos no excerto seguinte através do qual o administrador de Catu faz um conjunto de exigências ao soba:

Mataram os cipaio que eu mandei a tua senzala para ir buscar vadios; os assassinos fugiram, covardemente; quero-os dentro de quinze dias. Outro assunto: a tua filha era muito bem tratada, e a senhora estava a ensinar-lhes coisas bonitas, dessas que só os brancos sabem fazer; e uma noite ela partiu a louça e fugiu; quero-a dentro de três dias, senão mando arrasar o teu sobado, ouviste? Mando regar tudo com gasolina e deitar fogo. Outro assunto: quero trezentos homens até ao fim do mês.

O intérprete transmitiu aos patrícios a terrível notícia enquanto o administrador subia as escadas para se fechar no Gabinete (*ibidem*, p. 86).

As ordens eram expressas para serem cumpridas: “Quinze dias se tinham passado e, das exigências do administrador, só a negra não estava presente” (1965, p. 86). No entanto, o excerto anteriormente citado sugere que, tendo os portugueses justificado a escravatura por motivos civilizacionais, Manuel dos Santos Lima põe em causa esse discurso, pois se na verdade fosse esse o desígnio, o régulo não precisaria de tradutor para

entender as orientações emanadas pelo administrador, porquanto teria recebido uma instrução mais adequada que lhe permitisse entender e falar corretamente a língua portuguesa sem que precisasse de um tradutor. Há, pois, um distanciamento linguístico entre os colonizadores e colonizados usados para exercer opressão em Angola. Isabel Henriques assevera que “o colonialismo não encarava nenhuma técnica capaz de assegurar a passagem do ‘primitivo’ ao ‘civilizado’. Era necessário preservar as características da ‘selvajaria’, de maneira a manter sem dificuldades uma dominação eficaz” (HENRIQUES, 1997, p. 40). Tal atitude, de acordo com a historiadora, estava relacionada a um postulado europeu da época segundo o qual “é preciso evitar que os Europeus se deixem seduzir pelos valores africanos, a ponto de renunciarem às práticas europeias (...)” (*ibidem*, p. 42).

Semelhanças nos romances limianos quanto à legitimação do poder

Nos romances *As sementes da liberdade* e *As lágrimas e o vento*, a abordagem da retórica colonial sobre a legitimação do poder é um assunto comum, passível de análise comparativa, sendo que este tipo de estudo “procura incansavelmente construir conjuntos coerentes, cujo denominador comum pode e deve ser uma grande variedade” (CLAUDON e HADDAD-WOLTLING, s/d, p. 37).

Identifica-se em Manuel dos Santos Lima a desconstrução do discurso colonial, enquanto pretexto astucioso que visava simplesmente colocar o angolano numa situação de dependência natural, levando-o a consciencializar-se e a abdicar da luta emancipatória de si e do seu país, utilizando, para o efeito, a “teoria” da civilização, cuja propalação, na maioria das vezes, terá sido auxiliada por padres católicos, tendo servido de trampolim no progresso da colonização, realidade que é confrontada nos romances em análise. Com efeito, n’*As lágrimas e o vento*, numa parada militar do Exército português, o sacerdote diz: “É uma nova cruzada soldados de Portugal! A vossa missão é sagrada: defender a pátria ameaçada pelas forças do demónio que querem destruir os nossos séculos de civilização cristã” (LIMA, 1989, p. 49). Destarte, um discurso similar, utilizado também por prelados católicos n’*As sementes da liberdade*. Embora pronunciados em contextos diferentes, as intenções demonstram ser as mesmas: trabalhar psicologicamente o africano no sentido de acreditar que é selvagem, um homem sem cultura e que o seu destino dependia da instrução e do trabalho dado pelo europeu, pois um padre que, a princípio, seria apenas um porta-voz da mensagem de Deus, é

proprietário de uma serração com vários empregados a trabalhar em péssimas condições. Mesmo quando os empregados estão cansados, o prelado obriga-os a trabalhar mais, chamando-os preguiçosos. Esta heterocaraterização ou heteroretrato, que não é contextualmente credível, auxilia a vilanização do padre colonialista. Aproveita-se do seu *status* social e até religioso para incitá-los a trabalhar, aconselhando-os a serem bonzinhos para merecerem a entrada no céu, atitudes que ilustram a convivência dos sacerdotes católicos com o colonialismo. A Igreja Católica colaborou na criação de condições para uma aculturação restrita e controlada, cujos intentos terão sido o fornecimento de uma cultura branca e princípios cristãos aos indígenas de forma a se tornarem disciplinados, porém, não o suficiente para que se tornassem prestímanos ao ponto de conjeturar um espírito emancipatório.

Diferenças nos romances limianos quanto à legitimação colonialista

Atendendo aos contextos que separam a publicação de um romance e de outro, verificar-se-ão comportamentos e atitudes de determinadas personagens que salientam o distanciamento entre as duas produções literárias. N’*As Sementes da Liberdade*, o pretensioso discurso dos portugueses não encontra uma contundente oposição, embora haja algum pronunciamento, no decorrer da narrativa, que subjaz um certo espírito de descontentamento. Entretanto, o que deveras transparece entre a população nativa é o sentimento de conformismo: “– O primo não acredita, mas só com milagre de Deus é que a nossa situação pode mudar. Somos fracos e ignorantes. Eles controlam completamente isto tudo. Qual é o nosso pecado é que eu não sei” (LIMA, 1965, p. 20). Outrossim, o romance em estudo faz viajar-nos para a releitura de fatos históricos que marcaram a década quarenta do século XX, período durante o qual vigorava o Estatuto do Indigenato. Com efeito, o enredo da narrativa procura frisar as distinções das classes sociais em indígenas e assimilados. É consabido serem considerados indígenas os indivíduos de raça negra e seus progenitores que, tendo nascido em Angola ou em outros locais para os quais os seus pais se tenham trasladado, não reunissem condições para serem considerados cidadãos portugueses. Para transpor esta fase e ser considerado assimilado, o indivíduo tinha de coligir um conjunto de requisitos, nomeadamente o abandono dos usos e costumes africanos, falar, ler e escrever corretamente a língua portuguesa. Contudo, as exigências para a passagem de uma classe a outra são difíceis de se atingir. Por isso, a narrativa, enquanto análise crítica ao regime

colonial, encarrega-se de desmascarar a ideia de que se pretendia uma agregação de todos à mesma nação através do processo de “civilização”. Durante o desenrolar da diegese, o narrador, através de uma ação por encadeamento, ilustra a despreocupação da administração colonial em promover um ensino condigno aos angolanos: “o Padre disse-me para nós era melhor a Missão (...); mas a gente sabe que na Missão levam a vida a cantar e a rezar e no fim não conhecem uma letra, nem que seja do tamanho duma casa. Enfim, tudo isto é uma grande tragédia” (*ibidem*, p. 93). Atendendo aos preceitos estatuídos no Estatuto do Indigenato, Manuel Lima prova, através da sua produção romanesca, que a negação do ensino aos nativos constitui também uma objeção à assimilação e, conseqüentemente, ao progresso dos angolanos. De fato, o angolano assimilado passava a ser um perigo para a soberania portuguesa, ao passo que o indígena, sem o incentivo de um assimilado, dificilmente se sublevaria contra os portugueses, conformando-se com as circunstâncias, fato que o romance limaniano, utilizando argumentos que salientam as diferenças da reflexão feita por um assimilado e um indígena, aduz. O assimilado pretende que o seu filho “estude para tirar um curso superior e os brancos o respeitarem” (*ibidem*, p. 80), enquanto o indígena está preocupado em “dar [ao filho] canja de osso de leão, para ficar homem forte e sem medo” (*ibidem*, p. 81). Logo, a narrativa é sugestiva, neste sentido, porque nos leva a concretizar o que vários historiadores relatam sobre o temor que o colonizador tinha em ver o colonizado a despertar da letargia em que vivia.

Entretanto, sendo *As lágrimas e o vento* um romance da luta armada de libertação nacional, como refere o próprio autor, o discurso retórico de legitimação do poder colonial encontra embargos perante uma *intelligentsia* angolana que, nesse momento, já se revelara partidária de um ideário nacionalista. A narrativa sob um ambiente completamente subversivo, onde já não há condições para o convívio entre colono e colonizado, no qual o colonizado se sentisse resignado, fará o sentimento de pertença da terra falar mais alto, lutar pela pátria, como um dever de todos. Essa consciência nacionalista, que se opõe ao pretenso discurso legitimador, é tão forte que consegue persuadir determinados militares do exército português: “ – Numa guerra civil tudo é possível, meu general” (LIMA, 1989, 57). Portanto, o narrador procura, através do diálogo entre personagens de destaque na diegese, sublinhar a tomada de consciência, ainda que de forma tímida, que os portugueses terão adquirido durante o desenrolar da luta armada contra o colonialismo, sentimento que transparece na voz do general português enquanto personagem que, dentro da narrativa, lidera o exército de Portugal

em Angola: “Isto é uma (...) guerra entre brancos e pretos. Os pretos querem correr com os brancos de África” (*ibidem*, p. 57).

O ato de tirar a própria vida vai simbolizar, na narrativa limaniana, o protesto contra a Guerra Colonial, porquanto, Manuel Lima, tendo sido oficial do exército português, provavelmente tenha sentido este espírito antagónico dentro do exército e procura transmitir o sentimento de contestação à Guerra Colonial por parte de muitos soldados portugueses. A partir de uma focalização externa, o narrador relata o suicídio de Serafim, soldado português: “Foram bruscamente interrompidos pela chegada esbaforida do sargento. Tratava-se, gaguejou, do soldado serafim: tinham-no encontrado no balneário, balanceando na ponta de uma corda” (*ibidem*, p. 38). As diferenças entre *As sementes da liberdade* e *As lágrimas e o vento* tem a ver também com a abordagem a respeito da dicotomia indígenas e assimilados, temática que, no segundo romance limaniano, é analisada numa perspetiva diferente em relação ao primeiro. Com o desenrolar da Guerra Colonial, Adriano Moreira, então Ministro do Ultramar, viu-se obrigado a revogar o Estatuto dos Indígenas e todos passam a ser considerados cidadãos portugueses, diferenciados apenas pela cor. Todavia, na prática, a situação não mudou, visto que o ex-indígena continuava a cumprir as mesmas obrigações que estavam plasmadas na legislação anterior. O texto de Manuel Lima procura, através de uma ação por encadeamento, fazer menção à revogação dessa lei, frisando a visão das personagens relativamente à nova realidade, onde se veem forçados a conviver, ainda que de modo falso, com todos os angolanos sem distinção:

- Ó meu alferes, sinceramente, de homem para homem: acha que os indígenas...
- Não se diz «indígena»; «português de cor» é que é. É uma nova lei. Acabaram-se os «indígenas» e os «assimilados»!
- [...]. Quando aqui chegámos havia pretos assimilados e indígenas. Ensinaram-nos até que era preciso sobretudo matar os assimilados [...] – Mas o que eu queria perguntar é o seguinte: acha que os... portugueses de cor são iguais a nós?
- Não, que ideia! (*ibidem*, p. 123)

Neste diálogo entre o soldado Anacleto e o alferes Gonçalves, o narrador, apropriando-se de uma focalização omnisciente, revela as diferentes perspetivas que dois militares portugueses apresentam sobre a Guerra Colonial: o soldado tem aversão à vida castrense e à guerra, por isso mostra-se indagado com a retórica de que os pretos e os brancos seriam iguais. Ora, o alferes, sendo um militar inato, é uma personagem que representa bem a absorção da ideologia salazarista. Com efeito, a interpretação que faz

dos fatos é protótipo do aparelho colonial. Esta caracterização indireta de tais personagens, deduzidas pelo leitor, auxilia a vilanização do alferes e a contestação do sistema colonial (VIEIRA, 2008, p. 237).

Guerra civil ou terrorismo?

O surgimento de grupos com intentos emancipatórios veio despojar a pretensa ideologia luso-tropicalista, disseminada pela propaganda colonial. Por isso, para contornar a situação, os detratores recorrem a epítetos pejorativos, designando os independentistas por “terroristas”, para ludibriar a opinião pública. Logo, Manuel Lima apropria-se desse fato para trazer à memória do leitor informações a respeito da interpretação reducionista feita pelo colono sobre os atos de sublevação concretizados por nacionalistas angolanos: “ – A propósito, circulam boatos de que os terroristas vão atacar Luanda brevemente. O senhor general acredita nisso?” (LIMA, 1989, p. 16). Através da utilização do discurso direto, o narrador salienta o eco e a carga semântica do lexema “terrorista” entre os portugueses da época, dado que a personagem que faz a pergunta é um jornalista saído de Lisboa para Luanda a fim de entrevistar o general responsável pelo exército da então província de Angola. Para Alberto Oliveira Pinto, os atos subversivos realizados nos dias 4 de fevereiro e 15 de março de 1961 terão permanecido na memória dos portugueses, confundindo-os na “expressão ‘terrorismo’, tornando o adjetivo ‘terrorista’, no vocabulário da língua portuguesa de Portugal e suas colônias, sinónimo de ‘independentista’, até 1974” (PINTO, 2015, pp. 704-705). No entanto, sabe-se que “um ataque de homens armados de armas brancas e outros homens armados de armas de fogo, não pode, obviamente, ser considerado um acto de terrorismo (...)” (*ibidem*, p. 705). A abordagem crítica de Manuel Lima sobre a depreciação do movimento independentista reflete-se, por um lado, na tentativa de o regime colonial silenciar todas as atividades político-partidárias que visavam o término do imperialismo português. Por outro, o autor demonstra preocupação pelos contornos advindos dessa mentalidade, porquanto se via como terrorista todo o homem negro, fato que contribuía para o sentimento de desconfiança entre brancos e negros: “ – Não me mate, siô militar, eu não sou terrorista; eu sou português, tu és português, ele é português...” (LIMA, 1989, p. 155). O trecho citado faz alusão a um rapaz negro que, acidentalmente, cruza-se com um carro dirigido por um oficial do exército português, e a reação do rapaz era paradigmática à época, pois um negro, ao cruzar-se com um branco em pela guerra colonial, poderia ser morto de

imediatamente. Portanto, essa censura aos emancipadores vai, de modo abrupto, agudizar as relações entre colonizados e colonizadores, dado que, a partir desse momento, a designação “preto fiel” é posta em causa, ao ponto de o discurso dos europeus ser de total desconfiança sobre os africanos: “ – Sabe, um terrorista é igualzinho a um preto fiel e um preto fiel pode virar terrorista de um momento para o outro” (*ibidem*, p. 17).

Alberto Pinto reflete o fenômeno que se vivia nessa época e as consequências que dele resultam, tais como a atitude drástica marcada pela constituição de milícias armadas, quer dizer, “muitos portugueses, em Luanda e noutras cidades angolanas, saíam à rua para os locais de trabalho com pistolas à cintura. Confundiam o «terrorista» com o negro em geral. Havia quem desconfiasse dos próprios serviçais” (PINTO, 2015, p. 705). Essa postura está bem expressa no romance limaniano, no qual o colonizador, que procura identificar qualquer sinal ao negro para associá-lo ao “terrorismo”, atira à queima-roupa para o colonizado e sente-se orgulhoso pelo ato praticado, esquecendo-se de que, o carimbo com o qual associa ao dito “terrorista” também pode ser identificado no homem branco, revelando assim a expressa vontade de liquidar homens negros: “ – Fui eu que o matei — Gabou-se um branco baixinho e nervoso (...). É um terrorista: traz peúgas pretas. Os terroristas usam peúgas pretas, não sabia, senhor alferes?” (LIMA, 1989, pp. 24-25). O pormenor de associar peúgas pretas ao terrorismo torna caricatural tal personagem, contribuindo para a sua ridicularização e, através disso, a ridicularização do próprio colonialismo português (VIEIRA, 2008, p. 433). Portanto, Manuel Lima desveste a atitude colonial, criando personagens que revestem o comportamento dos pactuantes desse regime, porquanto o autor reutiliza a expressão *peúgas pretas* para contrapor a ideologia colonial. Para Douglas Wheeler e René Pélissier: “foram os brancos pobres que ficaram, e eram eles os mais selvagens. Além do mais, estavam armados e determinados a fazer justiça por suas próprias mãos” (WHEELER e PÉLISSIER, s/d, p. 141).

N’*As lágrimas e o vento*, o desenrolar da diegese relativa à detenção de independentistas, verifica-se, ainda que em grau menos elevado, a referencialidade histórica de personagens e eventos, que acaba por se imiscuir com personagens e eventos totalmente ficcionais. Por essa razão, convém incluir o conceito de referencialização que *A Construção de Personagem Romanesca: processos definidores*, de Cristina Vieira, sugere:

A referencialização da personagem romanesca é um processo construtivo que traduz o estabelecimento de uma conexão entre uma personagem e o mundo exterior e exige a concorrência de processos miméticos para a sua

consubstanciação, concretamente a conjugação harmoniosa de dois processos: a prévia pesquisa documental e a posterior figurativização realista da personagem em construção (VIEIRA, 2008, p. 419).

Embora essas personagens, que são referentes históricos, desempenhem, quanto ao relevo, a função de figurantes, a sua alusão nos romances em estudo ajudar-nos-á a compreender o impacto que estas personalidades históricas tiveram dentro do nacionalismo angolano. No excerto seguinte, um padre, um sacristão e um médico, típicas do colonialismo português, são respectivamente identificados com Cônego Manuel das Neves, Joaquim Pinto de Andrade e Agostinho Neto, personagens históricas:

– Naquele grupo, à direita, explicava ainda Negreiros, estão os mais perigosos, os comunistas; é por isso que eles têm um colar vermelho. Há lá um padre, um sacristão, um médico, um engenheiro (...). O engenheiro é europeu. É um membro do P.C. e o sacristão é um primo desse famigerado Mário de Andrade. Esses vão direitinho para Lisboa, para os ensaboarem bem (LIMA, 1989, 41)

A referencialização dessas personagens históricas no romance *As lágrimas e o vento* encontra respaldo em *História de Angola*, de Alberto Oliveira Pinto, em que o autor, ao se debruçar sobre os fatos ocorridos antes, durante e depois do 4 de fevereiro e do 15 de março, faz alusão às detenções pela PIDE de Joaquim Pinto de Andrade, Agostinho Neto e, *a posteriori*, da prisão do Cônego Manuel das Neves. Todos foram desterrados para Portugal com direção à cadeia de Aljube. O grau de referencialidade que essa personagem ficcional romanesca tem é máxima comparativamente a outros tipos de personagens, dotando o romance limaniano, aqui, de grande realismo histórico, ainda que adulterando, como se viu, alguns pormenores históricos. No entanto, é do entendimento que essas personagens ficcionais, como não são atuantes na diegese, podem ser designadas por personagens romanescas *in absentia*, terminologia utilizada por Cristina da Costa Vieira.

Como durante um determinado período da História de Angola o aparelho colonial foi anatematizando as ações independentistas associando-as ao terrorismo, o romance limaniano procura desconstruir essa pretensa ideologia, arquitetando, para o efeito, a construção de personagens que, dentro da narrativa, servissem de arquétipos de desmantelamento de tal discurso. E essa desconstrução é feita não só através da oposição de ideias, mas também de cor e origens, sendo que o narrador põe em diálogo uma personagem de cor branca e outra de cor negra que, pertencendo ao exército português, apresentam visões diferentes. E a expressão utilizada em oposição à de “terrorismo” é “guerra civil”. Para o tenente Negreiros, a guerra por que passavam tinha-lhes sido

imposta e, por isso, quis saber qual era a opinião do alferes Almi, que retorquiu, afirmando que se tratava de uma guerra civil, atitude que deixou o tenente surpreso. Mas Almi argumenta: “se, pela Constituição portuguesa, os angolanos são considerados portugueses e se Angola é igual ao Minho ou ao Algarve, esta insurreição, de um ponto de vista jurídico, só pode ser, logicamente, uma guerra civil” (LIMA, 1989, pp. 39-40). A fundamentação de Almi, que encontra respaldo na Constituição portuguesa, constituir-se-á numa tese de árduo rebatimento, tanto mais que acabaria por convencer o seu oponente, tenente Negreiro, que, conversando com o general diz: “Numa guerra civil tudo é possível, meu general” (*ibidem*, p. 57). O narrador quer, com esta mudança de atitude de Negreiros, substanciar o estado de ignorância dos soldados portugueses que vinham para Angola lutar pela “pátria”, mas chamavam terrorismo aos atos de sublevação. Deste modo, os textos em análise comprovam a tese de Cristina Vieira segundo a qual a personagem romanesca é um eixo fundamental da axiologização de um romance, isto é, da passagem de valores aos leitores (VIEIRA, 2008, p. 346).

Semelhanças nos romances limianos quanto à guerra civil ou terrorismo

Encontrar semelhanças nos romances limianos sobre o item *guerra civil* ou *terrorismo*, particularmente nas obras que servem de *corpus* desta análise, é um exercício árduo, em função dos contextos das duas narrativas. Porém, com uma leitura persistente ser-nos-á possível identificar determinadas similitudes que norteiam as duas produções romanescas. Assim sendo, a movimentação e a reação das personagens que, dentro d’*As sementes da liberdade* representam a população africana, salientam o sentimento de revolta, o qual se poderá identificar também n’*As lágrimas e o vento*. Essa revolta vai desde o simples desabafo até às agressões físicas entre personagens. O narrador cria, através de estratégias discursivas, um ambiente que permite uma releitura capaz de salientar o espírito de indignação expresso pelas personagens. Esta releitura é-nos apresentada num excerto no qual Máquina, um criado, sente-se revoltado pelo fato de o administrador de Catu, seu patrão, ter violentado sexualmente a sua esposa, servente do mesmo administrador. Isso fará alvitrar a morte dessa entidade colonial: “ – Quero que mates o siô administrador. Já fez muito mal à gente e por causa dêle a Zita fugiu e não sei para onde» (LIMA, 1965, p. 108).

Embora se verifiquem várias atitudes de revoltas por parte de diferentes personagens no desenrolar da intriga, não se constata intencões pragmáticas que

conduzissem a um ideário emancipatório. Um grupo de assimilados de Catu escreve uma carta para o governador da província expondo as vicissitudes por que passavam, principalmente a negação do ensino para os negros, informações fornecidas pelo narrador através de uma narração ulterior: “Em volta da mesa, estavam atentos às palavras da exposição para o governador, focando a situação dos meninos prêtos em idade escolar. (...) Esta falava em ‘Estado Nôvo’, ‘Constituição’ e terminava – ‘A bem da Nação’” (*ibidem*, pp. 91-92). O trecho referenciado leva a crer que as personagens angolanas d’*As sementes da liberdade*, sejam eles indígenas ou assimilados, não estavam preparadas para uma revolta conducente ao fim do colonialismo português. Com efeito, ao escrever uma carta para o governador, conjetura-se a tendência de manter a administração colonial, propondo apenas algumas reformas que permitissem a melhoria das condições de vida dos angolanos.

Ora, *As lágrimas e o vento*, sendo uma espécie de sequência do romance anterior, o ambiente de alvoroço também está presente, desde as primeiras linhas do texto. No *incipit* do romance, o narrador, recorrendo à analepse de uma personagem, procura fazer uma retrospectiva dos tumultos acontecidos, que irão nortear o desenrolar da produção romanesca: “O vento empurrava-o para trás, mas, obstinado, ele tentava prosseguir o seu caminho, surdo aos gritos do vento. Não podendo suportá-lo de frente, voltou-lhe as costas e quis continuar, às cegas, carregando com aquele velho padrão” (LIMA, 1989, p. 9). O narrador relembra os fatos que terão acontecido, porquanto apresenta uma personagem (embora não identificada) que, teimosamente, luta contra o vento. Esse vento serve de oposição à personagem e é utilizado como uma metáfora dos angolanos que, momentos anteriores, insurgem-se contra o regime colonial, pois a personagem em questão representa a autoridade da metrópole. Aqui, as revoltas são mais contundentes em relação à narrativa anterior. Esse antagonismo vai ser um *leitmotiv* no desenrolar das narrativas em análise, nas quais a intriga entre as personagens será o pedestal que transportará o leitor para a reinterpretação dos contextos nos quais as ações se apresentam.

Diferenças quanto à guerra civil ou terrorismo

O ambiente vivido pelas personagens, o espaço e o tempo em que as diegeses ocorrem são elementos que marcam a dissemelhança entre os romances em análise. A releitura sobre as personagens d’*As sementes da liberdade* reflete uma mentalidade

propícia a uma época de dominação absoluta, em que a pequena burguesia africana tem dificuldades de se estabelecer: “A classe mais elevada e restrita era a dos funcionários públicos, e essa constituída por uma pretensa elite, desalicerçada, tímida, incoerente e com falsas noções da sua personalidade dentro de Catu dominada pela burguesia colonial” (LIMA, 1965, p. 30). Neste trecho, utilizando uma narração ulterior, o narrador constrói estrategicamente uma elite angolana que não tem estrutura organizacional suficiente para se sublevar contra o opressor. Por outro lado, o distanciamento existente dentro das diegeses, entre o assimilado e o indígena, obstaculizava uma insurreição massiva, sendo esta estratificação vantajosa para os europeus, pois para o indígena, o assimilado é um outro patrão, o que se pode constatar no diálogo entre Ricardo e Jorge Camarão, um criado dos caminhos de ferro:

- O patrão quer jantar? – perguntou um criado fardado de cáqui.
- Sim, sim!
- Posso levar, patrão?
- Não me trate por patrão, não gosto.
- É costume velho. A gente não se sente bem se não diz patrão. Como então vou tratar o...
- Chamo-me Ricardo Boaventura – disse, estendendo-lhe a mão; o criado correspondeu timidamente.
- Jorge Camarão, seu criado (1965, pp. 14-15).

Outro aspeto que exclui a possibilidade de uma revolta coletiva –, além da mentalidade da época que já debruçamos, tem a ver com a localização espacial da ação, ou seja, o espaço que alberga os fatos narrados, Catu. De acordo com o narrador, “Catu era uma pequena vila do interior, perto da fronteira congoleza” (*ibidem*, p. 17). Uma circunscrição que, pela sua localização geográfica, as populações locais têm dificuldades para manter contatos com as grandes cidades de Angola onde se encontram grupos de assimilados com ideais mais avançadas, de modo particular Luanda. A dificuldade de contato entre os pretensos grupos nacionalistas é-nos reportada pelos historiadores Douglas Wheeler e René Pélissier : “A UPA³⁶ (...) [enviou] emissários para sul, mas nem os quimbundo, nem os ovimbundo ou raças de leste estavam verdadeiramente preparados para se sublevarem. Assim, desde o início, a UPA apenas podia contar com um potencial apoio limitado” (WHEELER e PÉLISSIER, s/d, pp. 256-257).

Entretanto, o ambiente das diegeses salienta personagens com uma mundividência diferente em relação ao romance anterior. Essa envolvente faz lembrar o

³⁶ UPA é acrónimo de União das Populações de Angola, que, *a posteriori*, designar-se-á FNLA: Frente Nacional para a Libertação de Angola, um dos movimentos políticos angolanos que lutaram contra o colonialismo português, sob a liderança de Holden Roberto.

período que vai de 1950 a 1960, durante o qual Luanda é uma cidade de grandes movimentações políticas, com efeito, são criadas várias células com cariz nacionalista, como o Movimento para a Independência de Angola (MIA), o Exército de Libertação de Angola (ELA), o Grupo dos Padres Católicos, a Frente Unida de Libertação de Angola (FULA), entre outros. Isso porque Luanda era uma cidade onde o desembarque de pessoas que vinham do estrangeiro era frequente, pois a facilidade tanto na obtenção de informação quanto na difusão das mesmas para outros pontos do país e do estrangeiro onde houvesse nacionalistas, é maior.

Conclusão

Os dois romances são anticoloniais, na medida em que desconstruem o pretenso discurso legitimador do regime salazarista em Angola, denunciando a opressão gizada pelos seus sequazes, que se consubstanciam nas políticas segregacionistas, na política de assimilação forçada, onde os prelados católicos funcionam como auxiliares. Por outro lado, a perspectiva de crítica ao colonialismo, nas duas narrativas, discorre em visões distintas, pois n' *As sementes da liberdade*, atendendo à descrição cronótopa, as personagens frisam uma época em que vigora o Estatuto do Indigenato, fato relevante para compreender a letargia dos autóctones ao passo que, *As lágrimas e o vento* narra uma fase de crescente efervescência, em que o Estatuto do Indigenato tinha sido abolido, face ao eclodir da luta armada de libertação nacional de Angola.

A literatura angolana terá sido um vetor fundamental de resistência ao colonialismo português e as suas práticas hediondas, visto que, por via do texto literário, tanto na poesia como na narrativa, foi possível instigar os patrícios para o espírito nacionalista. Portanto, a desconstrução do discurso colonial na narrativa limaniana constitui uma prova inequívoca de como a literatura pode servir de instrumento de resistência a todo o tipo de exploração e discriminação humanas.

Referências

ANDRADE, Costa. **Literatura angolana (opiniões)**. Lisboa: Autores Angolanos/Edições 70, 1980.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myrian Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

- BOOTH, Wayne C. **Retórica da ficção**. Trad. Maria Teresa H. Guerreiro. Lisboa: Arcádia, 1980.
- BUESCU, Helena Carvalhão. Literatura comparada e teoria da literatura: relações e fronteiras. *In*: Helena Buescu; João Ferreira Duarte; Manuel Gusmão (org.). **Floresta encantada: novos caminhos da literatura comparada**. Lisboa: Dom Quixote, 2001.
- GALVÃO, Henrique. **Kurika: romance dos bichos do mato**. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1944.
- HAMILTON, Russel G. **Literatura africana. Literatura necessária I – Angola**, Lisboa: Edições 70, 1981.
- HENRIQUES, Isabel Castro. **Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX**. Trad. Alfredo Margarido. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.
- LABAN, Michel. **Angola: encontro com escritores**, Vol. 1. Porto: Fundação Eng.º António Almeida, 1991.
- LAUDON, Francis; HADDAD-WOTLING, Karen. **Elementos de literatura comparada: teorias e métodos de abordagem**. Trad. Luís Serrão. Lisboa: Inquérito, s/d.
- LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas africanas e formulações pós-coloniais**. Lisboa: Colibri, 2003.
- LIMA, Santos. **As sementes da liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- LIMA, Manuel dos Santos. **As lágrimas e o vento**. Porto: Afrontamento, 1975.
- PINTO, Alberto Oliveira. **Representações literárias coloniais de Angola, dos angolanos e das suas culturas (1924-1939)**. Braga: Calouste Gulbenkian, 2013.
- _____. **História de Angola: da pré-história ao início do século XXI**. Lisboa: Mercado de Letras, 2015.
- REIS, Carlos. **Introdução à leitura das viagens na minha terra**. Coimbra: Almedina, 1998.
- SILVEIRA, Anabela. Quando o real e a ficção se encontram em Manuel dos Santos Lima. *In*: TOPA, Francisco; VISHAN, Irena (coord.). **Manuel dos Santos Lima: escritor angolano tricontinental**. Porto: CITCEM/Afrontamento, 2016.
- SOROMENHO, Castro. **Terra Morta**. Luanda: UEA, 1988.
- WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Trad. Pedro Gaspar Serras Pereira. Lisboa: Tinta da China, p. 154.
- VENÂNCIO, José Carlos. **Literatura versus sociedade**. Lisboa: Vega, 1992.

VIEIRA, Cristina da Costa. **A construção da personagem romanesca: processos definidores.** Lisboa: Colibri, 2008.

RUPTURE AND DECONSTRUCTION OF COLONIAL DISCOURSE IN THE NOVEL BY MANUEL DOS SANTOS LIMA

Abstract

To what extent does Manuel dos Santos Lima manage to challenge colonialism in a colonial context? This is what we intend to gauge from the comparative confrontation of two novels distant in a decade, but produced in the context of colonization: *The seeds of freedom*, published in 1965 and *The tears and the wind*, published in 1975, novels by Manuel dos Santos Lima, an Angolan writer who was part of the nationalist generation of the 50s and 60s of the 20th century, having been the founder and first Commander in Chief of the armed wing of the MPLA. However, dissatisfied with the positions of Agostinho Neto, he became a dissident of the Party, following the same path as Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade and Eduardo Macedo do Santos. Through theoretical excerpts from the concepts of post-colonialism, resistance, vilanization and ideologies of racial and cultural domination, based on Homi Bhabha (1998), (Mafalda Leite, 2003), (Cristina Vieira, 2008) Anabela Silveira (2016), among others, this article intends to analyze the extent to which the challenge to portuguese colonialism, which is always an intrinsically controversial and ideological issue, is similar or distinct in the two novels and also to understand what discursive strategies the author appropriates to deconstruct the alleged legitimizing discourse of that oppressive regim

Key words: Manuel Lima. Colonialism. Resistance. Romance. Literature

Recebido em: 22/09/2020

Aprovado em: 21/11/2020